

PRÁTICAS INCLUSIVAS: VIABILIZAÇÃO DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS DA UMA ESCOLA MUNICIPAL EM CAMPINA GRANDE (PB)

Verônica Marques da Silva Barbosa, PMCG¹
Prefeitura Municipal de Campina Grande- profveronicam@gmail.com

RESUMO

Atendendo a política implementada pelo Ministério da Educação, que inclui programas de implantação de salas de [Recursos Multifuncionais](#), a Rede Municipal de ensino de Campina Grande iniciou a implantação das Salas de Recursos Multifuncionais (SRMF) em algumas escolas no ano de 2008. O estudo de cunho qualitativo apresenta a análise dos dados de pesquisa de campo realizada em uma Escola Municipal na cidade de Campina Grande, que foi contemplada com a SRMF, passando a desenvolver um projeto de inclusão, tendo como meta estabelecer um elo entre a pessoa com deficiência e a escola regular. O objetivo deste artigo é analisar o trabalho realizado na sala de Recursos Multifuncionais, da Escola Municipal observada e verificar se sua prática pedagógica contribui para uma educação mais inclusiva. Inicialmente, o trabalho traça um breve histórico da educação inclusiva; a seguir, explicita sobre o programa denominado Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais, contextualizando-o tanto em nível federal, como o grande trunfo do governo federal na promoção da política de Educação inclusiva, como em nível local com as salas onde acontece o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Palavras-chaves: Educação Inclusiva; Sala de Recursos Multifuncionais; Atendimento Educacional Especializado.

Introdução

¹ Pedagoga e professora de Letras/Libras (UVA/UFPB). Especialista em Psicopedagogia; AEE e Inclusão escolar. Profª Educação Básica da Rede Municipal de Campina Grande.



A inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino é um tema que vem promovendo discussões bastante fecundas entre educadores, comunidade e demais membros sociais que estão mais abertos a debates em favor da inclusão, confrontando com práticas discriminatórias e discursos ultrapassados pautados na segregação e/ou integração de pessoas com deficiência em instituições especializadas.

Tais discussões ganharam força após a Declaração de Salamanca (1994), organizada pela UNESCO, na qual participaram mais de trezentas pessoas, representando noventa e duas instituições governamentais e vinte e quatro organizações internacionais, e que teve como objetivo fazer avançar uma concepção de educação para todos, respeitando a diversidade humana.

Entre outras conquistas das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, destaca-se, atualmente, a criação das Salas de Recursos Multifuncionais (SRMF) com oferta do Atendimento Educacional Especializado nas escolas regulares (AEE). Nesta perspectiva inclusiva de educação, a Secretaria de Educação do município de Campina Grande, Paraíba, inaugurou no ano de 2008 em algumas escolas da Rede Municipal de Ensino Sala de Recursos Multifuncionais, entre estas a sala a Escola Municipal observada. A referida sala tem 19 alunos com deficiência matriculados, sendo em sua maioria alunos com deficiência intelectual.

As considerações supracitadas nos conduziram à elaboração do seguinte problema de pesquisa: *Como acontece o atendimento Educacional especializado dos alunos com necessidades educativas especiais na Sala de Recursos Multifuncional da Escola Municipal Adalgisa Amorim? Esses alunos atendidos dispõem realmente de um atendimento educacional especializado e adequado a suprir suas necessidades?*

Para responder a esses questionamentos tomamos como objetivo geral: analisar a prática pedagógica na Sala de Recursos multifuncionais e verificar se esta atende satisfatoriamente os alunos com necessidades especiais. Para tanto, realizamos uma observação participante, com utilização do diário de campo e questionário aplicado com as professoras da sala e pais de alunos atendidos. A pesquisa foi realizada no período de março a dezembro de 2015.

Nesse sentido, a Educação Especial/Inclusiva, nos dias atuais vem alcançando um espaço considerável no sistema educacional vigente, já que na antiguidade as pessoas com deficiência não tinham direito algum, sendo excluídos totalmente do convívio social.



Estudos comprovam que em certos períodos históricos ocorreram grandes resistências à aceitação social dessas pessoas, que muitas vezes eram mortas ao nascerem, na justificativa de representarem riscos à sociedade, ou castigadas de forma crucial, por serem consideradas inúteis.

Os registros nos mostram que as características peculiares da exclusão no período da Antiguidade estavam vinculadas à formação de uma sociedade que reunisse todas as qualidades concebíveis à época, a qual era dada uma importância indiscutível aos atributos físicos e mentais dos indivíduos. Desta forma, as pessoas que não atingiam o mais alto grau nesta escala de valores, imposta pelo meio, eram excluídas.

Em meados do século XVI, a educação especial no mundo ocidental absorve uma nova nomenclatura quando a questão pautada na diferença física e psíquica dos indivíduos passa a ser objeto de estudo da medicina. Assim, com os avanços das pesquisas acerca do indivíduo com algum tipo de deficiência, começam a surgir as instituições especializadas e os ditos "deficientes" foram passando da condição de condenados à morte a segregados. Nesse sentido, "se inicia o denominado período de segregação, no qual se criaram as denominadas escolas especiais, onde a política era separar e isolar as crianças do grupo principal e majoritário da sociedade tentando evidenciar um empenho na resolução de problemas" (CARDOSO; 2003.p 17).

Nesse contexto, verificamos que os poucos alunos com deficiência que conseguiam ser inseridos nas escolas especializadas eram excluídos do modelo educacional destinado às pessoas sem deficiência. O tipo de assistência oferecida nessas instituições não supria as necessidades escolares dos seus usuários, que acabavam sendo afastados do convívio social. Assim, as pessoas com deficiência eram submetidas a uma educação irrisória e segregadas em um cenário pouco produtivo.

Atualmente, o modelo segregacionista das escolas especializadas está, gradativamente, sendo substituído pela inclusão atrelado ao Atendimento Educacional Especializado, oferecido em horário oposto ao do ensino comum nas escolas regulares. Assim, o direito a uma educação que atenda as diferenças individuais está, aos poucos, sendo possível, na medida em que a escola oferece condições para que os alunos com deficiência e/ou transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, possam aprender com os demais com oportunidades igualitárias.



De acordo com Mazzotta (2005) a defesa da cidadania e do direito à educação das pessoas com deficiência é atitude muito recente em nossa sociedade. Manifestando-se através de medidas isoladas, de indivíduos ou grupos, a conquista e o reconhecimento de alguns direitos das pessoas com deficiência podem ser identificados como elementos integrantes de políticas sociais, a partir de meados deste século.

A lei n. 9.394/96, explícita que as pessoas com necessidades especiais devem ser atendidas, preferencialmente, na rede regular de ensino, quando for necessário para atender às necessidades específicas, sendo que a oferta destes serviços deve iniciar-se na educação infantil, ou seja, na faixa etária de zero a seis anos (BRASIL, 1996). Nesse sentido, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) .

As Salas de Recursos Multifuncionais (SRMF) são espaços físicos dotados de mobiliários, recursos didáticos, pedagógicos e de acessibilidade, onde se realiza o Atendimento Educacional Especializado. O principal objetivo da SRMF é incluir os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na sala regular, a partir do uso de recursos adaptados e/ou confeccionados de acordo com as necessidades individuais dos mencionados alunos.

Nas últimas décadas, o governo federal tem investido maciçamente em políticas referentes à Educação Especial, com diversas capacitações e formações continuadas para os profissionais da educação. Ações estas solidificadas pelo Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre o AEE, como declara o seu art. 1º:

A união prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular. (BRASIL, 2008)

Com o programa SRMF do MEC/SEESP, foram implantadas no município de Campina Grande, em 51 escolas, Salas de Recursos Multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado. Esse programa do governo federal tem o objetivo de sensibilizar e



qualificar educadores a respeito da inclusão educacional, garantindo o acesso, a participação e a permanência dos alunos com deficiência na escola regular.

O AEE é realizado no período inverso ao do ensino comum e, preferencialmente, na própria escola, podendo ser disponibilizado em Salas de Recursos Multifuncionais.

Este atendimento complementa e/ou suplementa a formação escolar, com vistas à autonomia dos alunos público-alvo da Educação Especial e não poderá ser substituído pelas aulas nas salas regulares. Faz parte do currículo do AEE disponibilizar o ensino de linguagens e de códigos específicos de comunicação e sinalização, oferecendo Tecnologia Assistiva (TA), adequando e produzindo materiais didáticos e pedagógicos, tendo em vista as necessidades específicas dos alunos com deficiência, além de oportunizar o enriquecimento curricular para alunos com altas habilidades.

Metodologia

A presente pesquisa caracteriza-se pela abordagem qualitativa, na qual se utilizou duas etapas: na primeira foi realizada uma observação participante com anotações no diário de campo, onde as pesquisadoras tiveram a oportunidade de acompanhar todo o trabalho realizado com os alunos na sala de Recursos Multifuncionais da escola. Através destas observações foi possível constatar que a escola Municipal em estudo, vem tentando trabalhar numa perspectiva inclusiva, onde é constante a preocupação da gestão e toda a equipe da escola em oferecer um atendimento especializado de qualidade aos alunos com necessidades especiais que chegam à escola.

Numa segunda etapa da pesquisa aplicamos um questionário com os pais e as professoras dos alunos atendidos pela sala de Recursos. Os pais foram indagados sobre o nível de satisfação destes com relação ao trabalho realizado na escola, a comunicação deste com as professoras da sala de recursos Multifuncionais e das salas regulares e as expectativas destes em relação ao atendimento realizado na escola.

Resultados e discussões

Os professores da Sala de Recursos Multifuncionais possuem especialização em psicopedagogia e são graduadas em pedagogia. Participam dos planejamentos com os demais professores e toda equipe escolar. Participam de momentos reflexivos e de sensibilização



proporcionado pela equipe gestora com a finalidade de desenvolver olhar voltada a inclusão escolar. A escola atende aos alunos com necessidades especiais desde 2008.

A sala atende catorze alunos com Deficiência Intelectual² (DI) com idade entre nove a trinta e dois anos. Destes, cinco são atendidos em instituições especializadas, como Centro de Apoio Psicossocial-CAPS e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE, em dias marcados recebem o atendimento educacional especializado, na escola no contra turno da sala regular. Os alunos citados participam ativamente de todos os eventos culturais da escola, mostrando-se bem inseridos no contexto escolar.

Na sala são trabalhadas atividades buscam desenvolver habilidades e competências trabalhadas no ensino regular de forma lúdica, criativa e de acordo com a necessidade de cada aluno. Outro item importante a ser ressaltado é que seis destes alunos estão frequentando a Educação de Jovens e Adultos no turno da noite, já que ultrapassaram a faixa etária para estudar no diurno, ou seja, têm mais de dezesseis anos. No atendimento são utilizados materiais didáticos e pedagógicos diversificados, bem como também recursos de acessibilidade entre outras Tecnologias Assistivas.³

No momento não temos na escola aluno com deficiência física, entretanto a escola já está na lista de escolas que receberão uma verba do Ministério da Educação para acessibilidade, então poderá adquirir cadeira de roda e outros equipamentos que favorecem a inclusão, bem como a ampliação da sala e melhoria na estrutura de acesso nas dependências da escola. Também são atendidos alunos com baixa visão e com estes são desenvolvidas atividades utilizando equipamentos e recursos adequados encaminhados pelo Ministério da Educação como laptop individual, régua em vidro com grau, caderno com pauta larga, lápis grafite específico, livros infantis com letras ampliadas, Sistema Braille, entre outros.

A escola tenta, sempre que há uma necessidade maior, encaminhar esses alunos para profissionais da área de saúde: como neurologistas, psicólogo, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, terapeuta, através de parcerias e de uma equipe pedagógica que orienta professores e famílias para uma melhor compreensão do processo de desenvolvimento dos mesmos sabendo que temos que respeitar seus limites e considerar os pequenos avanços.

² [...] “ uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social” (Constituição Brasileira, decreto nº3956/2001)

³ Entende-se por Tecnologia assistiva “todo o arsenal de recursos e serviços (...) que contribuem para promover vida independente e inclusão” (BERSCH; 2007; p.36)



Os pais demonstraram-se bastante satisfeitos com relação ao trabalho realizado na sala de Recursos multifuncionais, evidenciando a boa comunicação que as professoras da sala possuem com estes e que estas estão sempre reunindo os pais e passando informações a cerca do desenvolvimento dos seus filhos. Ressaltaram que os filhos gostam do dia em que vai ter atendimento na sala de recursos e que este atendimento tem ajudado estes a conviverem melhor com as dificuldades nas salas regulares. Também evidenciam toda a metodologia usada na escola, pois a escola trabalha no sentido de tratar as crianças especiais com respeito, incluindo-as em todas as atividades realizadas na escola. Em relação às expectativas, estes demonstram acreditar no trabalho da escola e confiar que esta vai contribuir para o desenvolvimento do seu filho.

As professoras foram indagadas em relação às principais dificuldades enfrentadas no trabalho realizado na sala de recursos. Estas ressaltaram a necessidade de melhorar a comunicação entre a professora da sala de recurso e as professoras das salas regulares. Relatam uma grande dificuldade de aceitação por parte dos professores das salas comuns, já que eles acreditavam que os alunos atendidos na sala de recursos não deveriam frequentar a sala de aula comum, e sim permanecer na SRMF em período integral. Também resalta a importância de se observar o aluno e não apenas aceitar as queixas dos professores como verdadeiras, pois muitos acabavam exagerando.

Nesse sentido, Tartuci e Vieira (2011), defendem que a visão dos professores das salas comuns, está mais voltada à questão do direito, do que está previsto na legislação, mas que não está sendo garantido na realidade, ou seja, torna-se uma visão de prezar apenas pela socialização, sendo necessária prover condições para que isto mude, como o auxílio de outros profissionais.

Conclusão

Retomando a pergunta inicial desta pesquisa - Como acontece o atendimento Educacional especializado dos alunos com necessidades educativas especiais na Sala de Recursos Multifuncionais da Escola Municipal observada? Esses alunos dispõem realmente de um atendimento especializado e adequado a suprir suas necessidades? Podemos constatar que a Escola Municipal em estudo, busca integrar as suas ações a atitudes que vão além da simples matrícula dos alunos com deficiência nas salas regulares. Ou seja, procura criar

condições de acesso dentro de uma proposta que diminua a distância entre a criança especial e a escola comum.

A Sala de Recursos Multifuncionais da Escola Municipal observada não oferece um reforço aos alunos com dificuldades, mas indica caminhos para que os obstáculos que impedem a inserção dos alunos, público-alvo da Educação Especial, na sala regular sejam mitigados, possibilitando a inclusão dos mesmos a partir do respeito às diferenças. Sua prática educacional inclusiva ficou evidente no bom nível de satisfação dos pais em relação ao trabalho realizado na escola. A escola caminha para ressignificar seu trabalho de forma a construir práticas educativas mais solidárias e plurais de convivência. Nesse sentido, compartilhamos a ideia de Mantoan (2010) “percebe-se que é a escola que tem de mudar e não os alunos, para terem direito a ela!”

Referências

BERSCH, Rita de Cássia **Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Física**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007. 36 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. *Inclusão: revista da educação especial*, Brasília v. 4, n. 1, 26 p. janeiro/junho 2008.

CARDOSO, Marilene. **Aspectos históricos da educação especial: da exclusão a inclusão – uma longa caminhada**. In: DIETER, STOBBAUS, Claus; JOSÉ, M.; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Decreto No 6.571, de 17 de setembro de 2008. http://www.planalto.gov.br/civil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm acessado em [16 de maio de 2010]

MAZZOTTA, M. J. Silveira. *Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas*. 5ª Ed. São Paulo. Cortez, 2005

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Atendimento Educacional Especializado: políticas públicas e gestão nos municípios/**, Maria Teresa Eglér Mantoan, Maria Terezinha Teixeira dos Santos.-ed.-São Paulo: Moderna,2010.- (Cotidiano escolar:ação docente).

TARTUCI, D.; VIEIRA, S. S. As práticas educativas de professores de educação infantil envolvendo crianças com necessidades educacionais especiais. In: CONGRESSO



II CINTEDI
II CONGRESSO INTERNACIONAL DE
EDUCAÇÃO INCLUSIVA
II Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva

16 a 18
NOVEMBRO
2016
LOCAL DO EVENTO
CENTRO DE CONVENÇÕES
RAYMUNDO ASFORA
GARDEN HOTEL
CAMPINA GRANDE-PB

BRASILEIRO MULTIDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 6, 2011. Inclusão: pesquisa e ensino. Anais do VI Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial. Londrina, p.322-331.

UNESCO (1994) The Salamanca Statement and Framework for Action on Special Needs Education. UNESCO-Ministry of Education and Science Spain.

